

PARA COMEÇAR... O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?



- Ação e inação dos governos
- Respostas aos problemas sociais
- Disputas e conflitos de ideias
- Disputas pelos recursos públicos
- Possibilidade de ampliar ou reduzir desigualdades sociais

Você conseguiria pensar em exemplos de políticas públicas?

Você sabia que você pode encontrar exemplos de políticas públicas em sua carteira?

Que tipos de políticas públicas você consegue encontrar dentro dela?

SAINDO DA SUA CARTEIRA E OLHANDO AO SEU REDOR: QUE EXEMPLOS DE POLÍTICA PÚBLICA VOCÊ VÊ?





[Esta Foto](#) de Autor Desconhecido está licenciado em [CC BY](#)

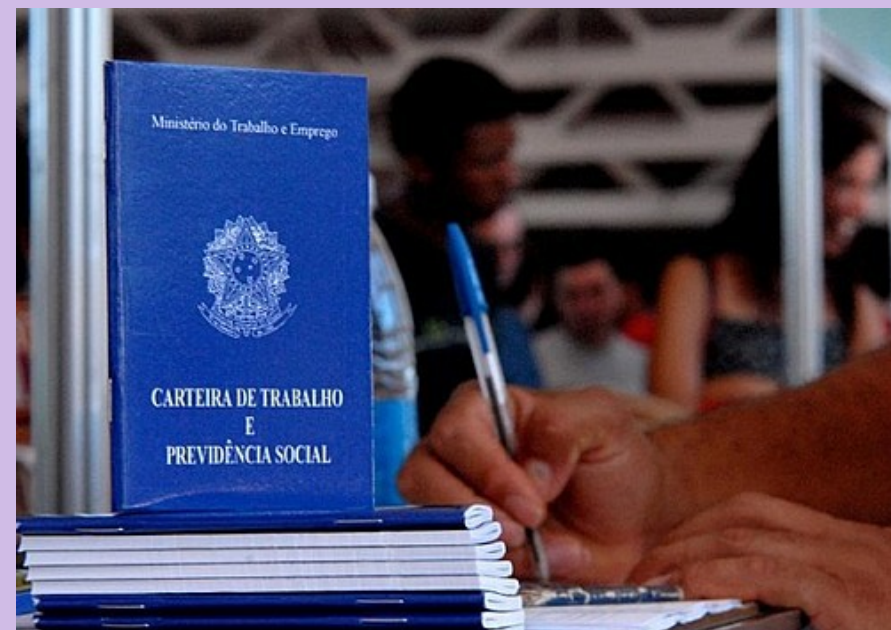
Políticas Públicas



[Esta Foto](#) de Autor Desconhecido está licenciado em [CC BY-NC](#)

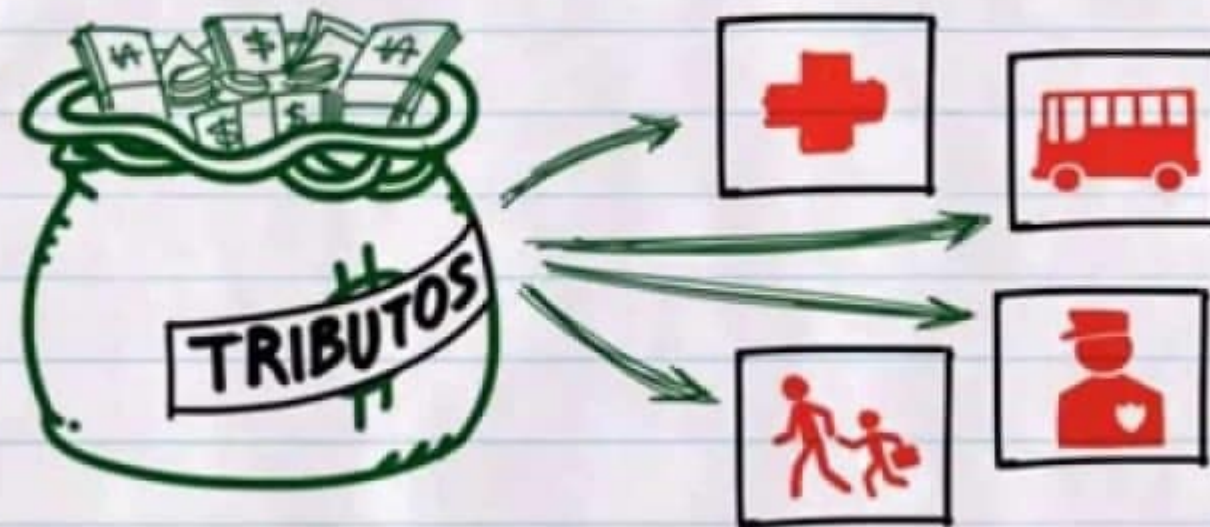


- Políticas públicas SOCIAIS



Orçamento público

Orçamento Público





fetam as mulheres



AS POLÍTICAS PÚBLICAS SEMPRE ATENDEM IGUALMENTE AOS PROBLEMAS VIVENCIADOS POR MULHERES E POR HOMENS?



Frequentemente, as ações do poder público não olham para as experiências das mulheres. Outras vezes, olham e as naturalizam. Melhorar as condições de vida das mulheres somente é possível quando o Estado assume o compromisso de mudar o cenário de desigualdades entre homens e mulheres e entre as mulheres.

A QUAL POLÍTICA PÚBLICA CABE O DEVER DE INCORPORAR A PERSPECTIVA DE GÊNERO?



Todas! Políticas de educação, de saúde, de emprego e renda, de segurança, de transporte, de moradia, de planejamento urbano, de assistência social, do idoso, etc. Em cada uma delas há potencialmente pontos cegos sobre as necessidades distintas das mulheres e em cada uma delas podemos promover a sensibilidade de gênero e melhorar a resposta dos governos para cada um desses problemas.

*Para que mudanças aconteçam, é necessário que os governos tenham sensibilidade quanto às desvantagens sociais, econômicas e políticas que afetam as mulheres e promovam melhores condições para que as mulheres conquistem mais poder em cada um desses terrenos em que acumulam desvantagens. A isso chamamos de **políticas públicas com perspectiva de gênero**.*



Assim como o gênero, o **racismo** é um sistema que estrutura as hierarquias e as desigualdades em dado contexto, com base em diferenças de raça ou cor e etnia.



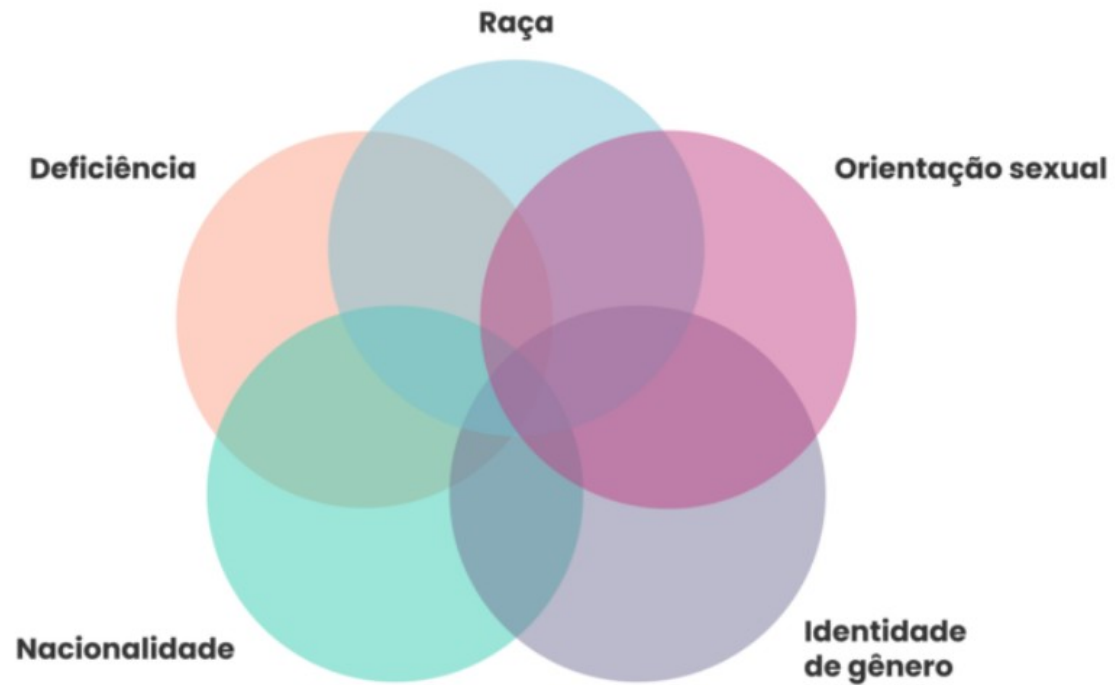
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Você estaria de acordo com a afirmação de que políticas públicas sensíveis a gênero promoveriam uma sociedade mais justa?

"A transversalidade é uma abordagem das políticas públicas "que visa incorporar à gestão aspectos selecionados da realidade que são determinantes para o atendimento a um problema ou situação específica e que necessitam de abordagem multidimensional e integrada"⁹".

Uma abordagem transversal em gênero tem como efeito um **esforço dos três níveis de governo em suas diferentes áreas de atuação para garantir a presença do debate de gênero para além das secretarias ou órgãos responsáveis das políticas para as mulheres.**

INTERSECCIONALIDADE



Fonte: Blog Eureka. Disponível em:
<https://blog.eureca.me/interseccionalidade-no-trabalho/>

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



4 Consulte: HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Consulte também explicações no site www.politize.com.br.

EM TODAS AS FASE DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**É ESSENCIAL OBSERVAR A
PRESENÇA DAS MULHERES!**



POR QUE A PRESENÇA DAS MULHERES É IMPORTANTE?

A presença das mulheres nas deliberações públicas é necessária não porque elas compartilham dos mesmos interesses e das mesmas opiniões (as mulheres, como todos os outros grupos, não formam um bloco monolítico, mas apresentam também diferenças internas), mas porque elas partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiências de vida².

A importância das mulheres nos espaços de decisão pode ser compreendida pelos conceitos de política de ideias e política de presença.



A soma da política da presença e da política de ideias das mulheres tende a produzir os resultados mais democráticos.

² Consulte: MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, [online] v. 18, n. 36, p. 25-49, 2010.

POLÍTICA DE IDEIAS

Julga-se que a identidade da e do representante não possui relevância, porque se supõe, e prega-se, que a escolha de representantes ocorre com base em suas crenças e opiniões, o que garantia a proteção aos interesses minoritários, desde que seu programa incorpore as demandas consideradas relevantes. Dessa forma, não importa a identidade, mas, sim, o projeto político apresentado. Dito de outro modo, a presença de grupos como mulheres e negros, por exemplo, não é essencial para que suas demandas sejam atendidas, pois, homens brancos podem incorporá-las.

POLÍTICA DE PRESENÇA

Desafia a política de ideias, ao defender a relevância da identidade da e do representante. As políticas de cotas partem deste princípio. Entende-se que é muito mais difícil satisfazer as demandas por inclusão política, sem também incluir os membros de tais grupos, grupos esses definidos por identidades como gênero, etnia ou raça. Desta forma, considera-se essencial garantir a presença de membros dos grupos excluídos politicamente. Daí, por exemplo, as cotas para candidaturas [de mulheres] nas eleições proporcionais³.



**AGORA QUE JÁ
DISCORREMOS
UM POUCO SOBRE
POLÍTICA PÚBLICA,
VAMOS FOCAR
MELHOR O TEMA DO
CONTROLE SOCIAL.**



O QUE É CONTROLE SOCIAL?

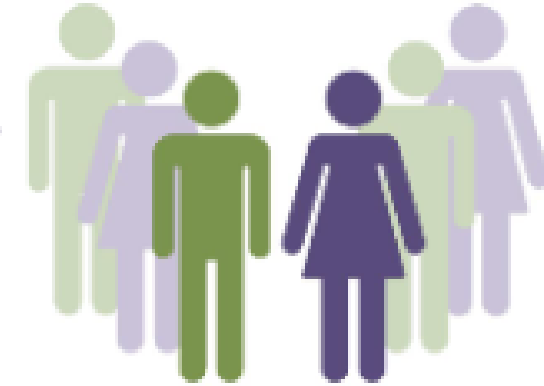
Por controle social entende-se a atuação de cidadãs e cidadãos com vistas a interferir nos rumos das ações colocadas em curso pelo Estado.

A descentralização das políticas públicas no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, foi acompanhada da criação de formas participativas pelas quais a população pode acompanhar e fiscalizar as ações do poder público, bem como atuar em processos de decisão. Os conselhos gestores de políticas públicas é um exemplo emblemático.

Exemplos de participação cidadã no controle social das ações do Estado:

- 1. Plebiscito*
- 2. Referendo*
- 3. Assembleias de cidadãos e de cidadãs*
- 4. Conferências municipais, estaduais ou nacionais*
- 5. Conselhos gestores municipais, estaduais ou nacionais.*

CONTROLE SOCIAL



No Brasil, a Constituição Cidadã, de 1988, consolidou os princípios e os mecanismos da democracia representativa e da democracia participativa, sendo esta na forma de gestão participativa, por exemplo, via conselhos.



QUEM FAZ O CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

- Cidadã e Cidadão
- Câmara Municipal de Vereadores/as
- Tribunal de Contas
- Ministério Público

CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gestão democrática e
participativa



CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As conferências de políticas públicas são um momento especial, com oportunidade de ser bastante produtivo na proposição de soluções ou de respostas do Estado para os problemas que afligem a sociedade. Elas são realizadas em encontros periódicos com a participação de pessoas com direito a voto (delegadas e delegados), ouvintes e convidadas ou convidados. Durante esses encontros geralmente são realizados grupos de trabalhos para formular, debater e encaminhar propostas à plenária.

A plenária é a instância das deliberações que, entre outras finalidades, aprova propostas e manifestações públicas como as moções de apoio e moções de repúdio.

Durante a conferência ocorrem também as eleições das e dos conselheiros, titulares e suplentes, que irão compor aquele conselho durante o mandato subsequente. Na linguagem adotada nesse meio, falamos de “ocupação das cadeiras” do conselho.



CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- ✓ Pessoas da comunidade e integrantes da administração pública se reúnem juntos;
- ✓ Propõem prioridades e soluções para os problemas sociais;
- ✓ Dão as diretrizes para a Prefeitura;
- ✓ Elegem as conselheiras;
- ✓ Têm pessoas com direito ao voto e outras com direito à palavra, sem direito ao voto.





MAS AFINAL, O QUE É POSSÍVEL MUDAR POR MEIO DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL?

- Melhoria das respostas do Estado aos problemas sociais.
- Aprofundamento da democracia.
- Melhor a aplicação dos recursos públicos.
- Redução das desigualdades sociais, entre elas as de gênero.

FATORES QUE LIMITAM O CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Desigualdades sociais
- Burocratização
- Nem todas as pessoas se engajam na política
- Limites para participação das mulheres na política
- Barreiras para acesso às informações e debates públicos
- Linguagem dos documentos oficiais de difícil compreensão
- Precária comunicação dos governos nos processos de políticas públicas
- Barreiras que dificultam diálogos com o governo local
- Limites institucionais para o exercício democrático

O PLANO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM) é um **instrumento de planejamento e gestão construído com base nos princípios da participação e da transparência**. É este documento que estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos e as metas que orientam o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas para as mulheres no município.

2020-2022

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES- PMPM

Princípios presentes no PMPM:

- Igualdade e respeito à diversidade;
- Equidade;
- Autonomia das mulheres;
- Laicidade do Estado;
- Universalidade das políticas;
- Justiça social;
- Transparência dos atos públicos;
- Participação e controle social.

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES- PMPM

Eixos

1. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres
2. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos
3. Educação para a diversidade: enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à lesbofobia, transfobia e bifobia
4. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, inclusão social, acesso à cultura e ao lazer
5. Transversalidade e gestão das políticas públicas para as mulheres

EIXO 1 - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as Mulheres

- OBJETIVOS:
- Ampliação, aperfeiçoamento e fortalecimento da Rede de atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica;
- Capacitação de profissionais que integram a rede de enfrentamento da violência contra a mulher, a partir de um recorte geracional, de gênero, de raça/etnia e de orientação sexual;
- Prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres

EIXO 2 - Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

OBJETIVOS:

- Promoção da atenção integral à saúde da mulher, considerando as especificidade geracionais, de raça/etnia, de gênero e de orientação sexual;
- Garantia e promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres;
- Prevenção controle das infecções sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/AIDS na população feminina.

EIXO 3 - Educação para a diversidade: enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia e à transfobia.

- OBJETIVOS:
- Enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia e à transfobia nas instituições públicas governamentais;
- Ações afirmativas para o respeito à diferenças e às especificidades geracionais, de raça/etnia, de gênero e de orientação sexual.

EIXO 4 - Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social

OBJETIVOS:

- Relações de trabalho não discriminatórias e valorização do trabalho feminino, visando a autonomia econômica das mulheres;
- Ampliação do acesso e permanência das mulheres ao mercado formal de trabalho;
- Fomento a projetos produtivos desenvolvidos por mulheres;
- Proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade oferta de equipamentos sociais e programas que contribuam para a sua inclusão social;
- Formulação de projetos de infraestrutura urbana na perspectiva de gênero.

EIXO 5 – Transversalidade e gestão das políticas públicas para as mulheres

- OBJETIVOS:
- Fortalecimento das políticas públicas para as Mulheres;
- Transversalidade de gênero nas políticas públicas;